

## O QUE É A TECNOBUROCRACIA?

Gérard Lebrun

In Gérard Lebrun (1983) *Passeios ao Léu*. São Paulo: Editora Brasiliense: 263-271. Publicado originalmente no *Jornal da Tarde* em 17.7.1982.

Concordando ou não (ou apenas em parte) com *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, é fato que este livro é tão bem escrito e desperta tanto interesse que o lemos de um fôlego só. Deterei aqui os meus elogios, receando desagradar a um autor que já espera, como diz, “ver sua análise... ser utilizada como arma ideológica anti-socialista da burguesia”. Como me desgostaria dar-lhe, nas colunas do *Jornal da Tarde*, um presente assim envenenado!

E seria esta a última das minhas intenções — ainda mais porque é difícil, afinal de contas, ser anti-socialista dado o sentido que Bresser-Pereira atribui à palavra “socialismo”: “A sociedade sem classes, em que a propriedade sobre os meios de produção é comum, não se exercendo através da mediação do Estado”, “em que o Estado deixou de ser instrumento de dominação...”, “em que os direitos do homem são respeitados”, etc... Alguém já se indignou que lhe prometessem o Paraíso? E, como o autor imediatamente reconhece que “nenhuma dessas características realizou-se ainda no mundo”, por que sair em guerra contra um unicórnio ou um corvo branco? Assim como todos, no século XVIII, eram livres para descrever o estado de natureza a seu gosto, hoje cada um é livre de imaginar o socialismo que lhe agrada... Uma vez que se supõe, é claro, que o socialismo existente usurpou este nome.

Tese que já valeu ao autor os ataques que era de esperar. Diferendos ideológicos (nada sei a respeito, mas posso imaginar) com os que sustentam, contra ventos e marés, que a União Soviética continua sendo, a despeito de tudo, um modelo de socialismo. Mas também — e acima de tudo — diferendos teóricos com aqueles que pretendem “conservar a crença na transição direta do

capitalismo para o socialismo... sem que haja a eventualidade de uma dominação estatal intermediária” (p. 13). Estes — observa o autor — não são, necessariamente, autoritaristas ocultando o seu jogo. O mais das vezes, trata-se de democratas sinceros, inimigos de todo autoritarismo. Mas a sua hostilidade visceral à ordem burguesa leva-os naturalmente a desconhecer que a queda no estatismo (e mesmo no totalitarismo) é ameaça permanente, no bojo da passagem ao socialismo. E todo o livro de Bresser-Pereira é feito para recordar-lhes que o estatismo exacerbado, sem ser um destino, é, contudo, muito mais que um mero risco para as “tentativas de socialismo” do século XX. Se estas tentativas desembocarem apenas numa estrita socialização dos meios de produção, “o mais provável é que teremos facilitado o caminho de uma revolução totalitária burocrática, como aconteceu na União Soviética” (p. 116).

Este discurso de Cassandra irritará muita gente da esquerda. Bresser-Pereira sabe disso — e sabe por quê. Esta esquerda — que ele conhece bem, que ele não renega — deseja, antes de tudo, “não desviar o problema político fundamental da luta entre a burguesia e a classe trabalhadora”. E, assim, “é, sem dúvida, mais fácil pensar apenas no socialismo como alternativa ao capitalismo” (p. 178). Mas Cassandra nunca escolheu a via fácil. E o autor acrescenta, agravando o seu caso: “... Mas é também muito perigoso porque, na medida em que ignorem a tecnoburocracia, os trabalhadores e seus intelectuais orgânicos estarão sempre ameaçados de derrotar a burguesia para serem dominados em seguida pela tecnoburocracia. É mais fácil ter apenas um adversário do que dois, mas, se existem os dois, é arriscado e irresponsável identificar apenas um”. — A União Soviética, a China, Cuba pertencem ao mesmo planeta que nós e, assim, “o primeiro grande problema dos intelectuais de esquerda, hoje, é desenvolver um instrumental teórico crítico, não apenas do capital e da burguesia, mas também da organização burocrática, que culmina no Estado, o da tecnoburocracia” (p. 227).

Este argumento não convencerá a muitos dos interpelados. O que é este perigo tecnoburocrático? perguntarão. Onde Marx o prevê? Em nenhum texto, é verdade. Pois Marx negligenciou o fato de que “jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente... Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo... Seria, portanto, estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior” (p. 28). É esta uma das razões por que, “ao invés de caminhar em direção ao socialismo, como previa Marx..., o mundo moderno vai sendo dominado

pela tecnoburocracia” (p. 104). E este novo sistema parece a tal ponto ser triunfante que os pessimistas teriam motivo para perguntar se não há “apenas duas alternativas de organização da produção na sociedade industrial moderna: ou o mercado ou o plano, ou a burguesia ou a tecnoburocracia” (p. 227).

É, pois, urgente analisar esta nova classe social e constatar o aparecimento “de uma nova relação de produção que tende a se substituir ao capital — a organização — e conseqüentemente de um novo modo de produção — o estatismo” (p. 273). — Neste ponto, porém, os objetores colocam uma questão prévia: tem nosso autor o direito de falar em novo modo de produção? Este direito, os críticos marxistas de Bresser-Pereira lhe recusam. Cortês, porém categoricamente. A sua linha de ataque, em síntese, é a seguinte: o autor descreve a tecnoburocracia como uma formação de substituição que nasceria da degenerescência do capitalismo — e não percebe que se trata simplesmente de uma forma aperfeiçoada deste, forma cuja análise o marxismo é perfeitamente capaz de empreender. Através de alguns passes rápidos (resumo muito a tese dos críticos), o autor assim interpreta a ascensão dos managers e a progressiva supressão do capitalista individual como “a supressão das próprias relações capitalistas”. A tal ponto que o advento da tecnoburocracia aparece, então, “quase como o resultado de uma conspiração realizada pelos burocratas para desapropriar os capitalistas” (Oliveira Lima e Belluzzo, p. 187).

Em resposta, Bresser-Pereira recorda quais são os traços característicos que, a seu ver, deveriam fazer todos reconhecerem a existência de uma diferença de natureza entre capitalismo e tecnoburocracia. Num regime tecnoburocrático, a apropriação do excedente econômico efetua-se por meio dos “ordenados” (que se deve distinguir dos salários dos trabalhadores), e não mais do lucro (p. 145); a maximização destes “ordenados” obtém-se por meio da expansão da produção (p. 149); as decisões econômicas têm caráter diretamente político (p. 221), etc. É este novo sistema que se esboça nos países (ainda) capitalistas — e o autor recusa-se a ver nele uma simples variante do capitalismo. Como continuar falando de capital, depois que terminou a propriedade privada dos meios de produção? O que poderia ser este Deus ex machina: um capital sem capitalistas?... A verdade é que muitos marxistas, por haverem identificado, abusivamente, capitalismo e Revolução Industrial, acabaram acreditando que “este modo de produção tende a permanecer indefinidamente, enquanto não for destruído pela revolução socialista” (p. 126). Ora, não atribui honra demais ao capitalismo quem lhe confere tamanha resistência e plasticidade? É de se crer, acrescenta Bresser-

Pereira com alguma crueldade, que o “capitalismo” continuará ainda muito tempo a ser o bode expiatório das novas formas de exploração que puderem aparecer. “É provável que, muito depois deste modo de produção haver desaparecido completamente da face da Terra, haverá aqueles que continuarão a afirmar que estamos em plena época do capitalismo. Será provavelmente um capitalismo sem burguesia nem capital, sem conceito de lucro nem de mercado. Mas se falará em capitalismo de Estado ou em capitalismo burocrático, ainda que os capitalistas e o capital propriamente dito não mais existam (p. 124).

Será um vício por mim adquirido na leitura das Antinomias kantianas? O fato é que, sem ter a menor pretensão a arbitrar esta “partida” teórica, observo que cada um dos adversários, aqui, me parece convincente enquanto determina em que consiste a abstração da posição do outro. Por um lado, Bresser-Pereira está muito perto de obter a minha adesão quando recusa dar à palavra “capitalismo” uma significação excessivamente elástica. Por outro lado, Giannotti não terá razão em considerar a “tecnoburocracia” como um conceito *passé partout*, tão abstrato como o de “sociedade industrial”? E Oliveira Lima e Belluzzo em sustentar que, “ao contrário do que sugere o autor, não há nenhuma tendência para que a burocracia emergente no capitalismo tenha sua culminância em uma burocracia do tipo soviético” (p. 181), e que por isso é imprudente falar da organização burocrática em geral? Oliveira Lima e Belluzzo põem o dedo aí no que constitui, para o profano, o elo mais fraco da argumentação de nosso autor. Que a prosperidade da tecnocracia nos Estados Unidos seja um dado indubitável, ele nos convence mediante provas. Que a União Soviética melhor corresponda ao “tipo ideal” que ele nos propõe da “tecnoburocracia”, de acordo. Que os tecnocratas tomem cada vez mais a seu encargo a economia dos países periféricos industrializados, seja. Mas que o conceito mesmo de “tecnoburocracia”, tal como é formado aqui, tenha condições de englobar essas três formas históricas, é o que deixará perplexos a muitos — e não apenas aos marxistas mais minuciosos.

Admite-se sem dificuldades que a organização, já controlada em grande parte pelos burocratas, tenda a suplantar a propriedade do capital, enquanto centro de poder. Mas, que a luta que outrora opôs aristocracia feudal e burguesia hoje esteja transposta — nos países capitalistas — para uma luta entre burguesia e tecnoburocracia, que os tecnoburocratas do Ocidente, embora ainda preservem as aparências, se aprestem a “exterminar” o capital de que ainda são gestores, esta afirmação precisaria estar apoiada em algumas análises de exemplos. E ainda mais porque, em

certas páginas, a ascensão tecnocrática nos é apresentada como um complô deliberado: “A tecnoburocracia sabe que acabará por exterminar (o capitalismo) e por estabelecer seu próprio sistema de poder e privilégio. Mas, reformista muito mais que revolucionária, prefere ir devagar” (p. 81). É um pouco difícil acreditarmos que velhas toupeiras tão sorrateiramente subversivas se esgueirem pelos corredores da Petrobrás ou da Secretaria de Planejamento.

É certo que Bresser-Pereira não se atém a essa tese de “complô”. Insiste no fato de que a burocracia foi gerada, necessariamente, pela evolução do capitalismo, que os burocratas foram necessitados como assessores, cuja importância vai depois crescendo à medida que se amplificam as funções sociais do Estado. Mas, afinal, a cremos nele, o fato é este: esta tecnoburocracia, hoje, tomou em toda parte consciência de si mesma como classe, e em toda parte se prepara para criar um tipo de sociedade da qual desaparecerão a burguesia e a propriedade privada dos meios de produção. Tecnoburocratas de todos os países, não vos uniram depressa demais num único combate? Será possível que todos vós espreiteis a hora em que podereis exercer o mesmo tipo de dominação que fazem reinar vossos confrades, ali onde o Partido único é idêntico ao Estado?

Colocando estas questões, parecemos — mas apenas parecemos — juntar-nos aos críticos de esquerda de Bresser-Pereira. O objetivo deles é mais ou menos claro: pretendem manter intacta, no primeiro plano, a grande dicotomia capitalismo/socialismo e, assim, estabelecer que o capitalismo, seja qual for a sua máscara, continua sendo o inimigo público nº 1. Que o socialismo possa assumir o aspecto rebarbativo de um superestatismo, isto não os preocupa — pelo menos, não os preocupa atualmente. Mas acontece que isso preocupa a Bresser-Pereira (e, a meu ver, é este um de seus grandes méritos)... Assim, cada um dos adversários está orientado por uma exigência diferente da que guia o outro — e é por isso, talvez, que cada um tem condições de censurar o outro por sua abstração.

1º) Querendo reservar os seus ataques apenas ao sempiterno capitalismo (que atrai os sarcasmos de Bresser-Pereira), os críticos marxistas forçosamente se verão inclinados, se não a negligenciar as mutações que podem afetar este modo de produção, pelo menos a minimizar a profundidade delas. 2º) Querendo preservar na sua pureza a essência do socialismo, Bresser-Pereira, por sua vez, é levado a forjar uma entidade — a “Tecnoburocracia” — cuja função, ao que me parece, é acima de tudo a de explicar positivamente (se cabe a expressão) por que por enquanto só existem no mundo falsificações do socialismo. “A experiência soviética claramente não é um

argumento contra o socialismo, já que este modo de produção não é dominante naquele país. A União Soviética é uma formação social dominante estatal ou tecnoburocrática...” (p. 286). Esta frase, sozinha, já basta para mostrar como o autor precisa do conceito de “tecnoburocracia” para determinar, por contraste, o que é o socialismo não-adulterado — um pouco como Platão precisa do “sofista” para fazer-nos entender o que é o “filósofo”. E talvez seja porque Bresser-Pereira tem pressa de estabelecer um conceito assim útil, que ele descuida de se deter mais sobre as diferenças sociológicas ou políticas que trariam o risco de comprometer a unidade de essência da sua “tecnoburocracia”. Isto também explicaria por que a “tecnoburocracia”, não sendo nem capitalismo nem — sobretudo — socialismo verdadeiro, deve permanecer, neste quadro conceitual, a igual distância de um e outro.

Mas este equilíbrio não é perpetuamente instável? “Com o socialismo, (a tecnoburocracia) só tem em comum o fato de que a propriedade privada dos meios de produção foi eliminada” (p. 162). E, sem dúvida, o único traço comum: mas havemos de concordar que é um senhor traço... Por sinal, compreendemos melhor por que os países comunistas são aqueles em que a “tecnoburocracia” reina a céu aberto. O que compreendemos menos bem, á primeira vista, é que Bresser-Pereira continue considerando esta “tecnoburocracia” (a mesma que ele descreve a partir do modelo soviético) como destino natural do capitalismo. — Neste enigma eu esbarrei. Posso arriscar uma hipótese? O autor aferra-se, acima de tudo, à idéia de que o “socialismo” existente é uma caricatura de socialismo. Portanto, é preciso que o socialismo que nasceu (ou melhor, que ia nascer) em 1917 tenha sido vítima de um golpe baixo da “tecnoburocracia”, que, depois, teve o desplante de reivindicar a identidade deste tenro morto (ou melhor, deste feto). E, assim, identificando-se ontologicamente a tecnoburocracia (ainda) capitalista e a tecnoburocracia de estilo soviético, se mostrará ainda melhor como, seguramente, a tecnoburocracia é estranha à essência do socialismo.

A operação é engenhosa. Duvido, porém, que alcance êxito. Por uma razão, pelo menos. — A tecnoburocracia, dizem-nos, é “o fruto” do capitalismo (p. 81), “a realidade econômica para a qual tende o capitalismo e na qual se desvirtuaram as tentativas de socialismo” (p. 90). — Seja. Mas, se assim for, teríamos o direito de pensar que são os países capitalistas avançados que, hoje, deixam a “tecnoburocracia” aparecer com a máxima pureza. Ora, não é nada disso. Este modo de produção “pode ganhar vigência mais facilmente naqueles países onde o capitalismo menos se

desenvolveu” (p. 129) — graças, por exemplo, a golpes de Estado tecnocráticos perpetrados pelos militares. Mais ainda: é quando a “tecnoburocracia” constitui um desvio do socialismo que ela se torna mais visível. Por isso que o comunismo soviético será tomado como “base de referência” na análise do sistema (p. 124)... Aqui há motivo de espanto. Gostaríamos de saber por que astúcia da História a URSS vem a ser o mais belo exemplar de um modo de produção que nos foi apresentado como produto natural de substituição do capitalismo. Por que terá sido a revolução leninista, e não a transformação estrutural do capitalismo, que levou ao zênite o poder da “tecnoburocracia”? Por que foi um episódio patológico que conferiu quase-perfeição à “tecnoburocracia”, enquanto esta se limita ainda timidamente a delinear-se no modo de produção do qual, aparentemente, ela constitui a auto-supressão?

Sem dúvida, Bresser-Pereira prevê esta objeção. Mas a resposta que lhe dá me parece fraca. — É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas suscita “um poder maior para a tecnoburocracia”, e, contudo, que “a tecnoburocracia é menos poderosa exatamente nos países capitalistas centrais, em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se mais avançado...” (p. 284). Mas, só os devotos extremados do “determinismo econômico” verão uma contradição aí. Não há contradição, saiba-se por que: “Nos países capitalistas centrais, ainda que a alta tecnoburocracia e principalmente a grande burguesia sejam as classes dominantes, são obrigadas a dividir seu poder com as demais classes e frações de classe, de forma que são consideravelmente menos autoritárias, ainda que não cheguem a ser verdadeiramente democráticas”. De onde vem, então, que estas classes dominantes sejam “obrigadas” a compor-se com as demais classes? A resposta está na luta de classes: é graças a esta que não só a burguesia como também os trabalhadores têm condições de combater e entravar o crescimento do poder político dos tecnoburocratas.

Esta resposta ainda não satisfaz a minha curiosidade. Gostaria de saber, além disso, por que a luta de classes não produz este benéfico efeito na tecnoburocracia soviética (que é também uma sociedade de classes — como o autor repete claramente). De onde vem que os tecnoburocratas, aí, possam reinar sem compromisso e sem obstáculos? Seria vão procurar a resposta em alguma particularidade do modo de produção: ela reside, simplesmente, na existência da KGB — no gigantismo do aparelho repressivo. Está na especificidade do tipo de dominação política — em alguma coisa que não se pode explicar nunca (a não ser magicamente) pelo caráter do “modo de;

produção”. E basta assumirmos um ponto de vista puramente político (o que um marxista jamais admitirá) para que se torne marcante a diferença entre a perda progressiva do poder pelos proprietários do capital (no Ocidente) e a coletivização revolucionária dos meios de produção (no Leste). Estes dois fenômenos estão ligados a duas organizações políticas que se assemelham como o dia e a noite. O primeiro destes fenômenos é um deslocamento de poder que, até agora, foi perfeitamente compatível com a manutenção da democracia chamada “formal”. Assim, nada é mais gratuito que assimilar, na linha de Burnham, os managers americanos à elite staliniana do poder — e Bresser-Pereira tem a honestidade de matizar consideravelmente esta tese, que roça a extravagância (p. 71). O segundo fenômeno vincula-se à emergência de uma forma política inteiramente inédita: o Partido-Estado — que é uma idéia-chave do leninismo, e cujo nascimento não se deve apenas (como o autor dá a entender à p. 55) à necessidade em que os bolchevistas se viram de “racionalizar o sistema social” à sua maneira. Diga-se de passagem, é curioso que esta página, em que nos é proposta uma explicação para o desvio “termidoriano” do soviétismo, deixa completamente de lado a originalidade do projeto político de Lenin.

É verdade que, acentuando-se esta dicotomia política, admite-se ao mesmo tempo a possibilidade de uma vocação totalitária do socialismo — possibilidade que o autor, por sua vez, descarta já de início. Aliás, é exatamente na eventualidade inversa que ele aposta: é ainda muito cedo, diz, para concluirmos por uma incompatibilidade entre “estatismo” e democracia (p. 14). Talvez..., mas sob a condição de acrescentarmos que igualmente é um pouco tarde para nos exirmos de responder “à afirmação de que um estado economicamente forte é incompatível com a democracia” (p. 284). Esta página, por sinal, é espantosa. Resumindo a velha tese liberal, escreve o autor: “Um Estado que detém de forma centralizada o controle dos meios de produção assumiria tal soma de poder econômico que a consequência seria necessariamente o autoritarismo no plano político”. Infelizmente, não será esta uma possibilidade forte o bastante para exigir, de quem não concorda com esta tese, uma refutação muito minuciosa? Ora, o autor continua: “... O caráter ideológico desta proposição é óbvio, na medida em que assim a burguesia pretende legitimar a propriedade privada dos meios de produção”. E, ainda que fosse assim mesmo, por que bastaria isso para fazer considerar esta afirmação como necessariamente falsa? Onde e quando a história, afinal, já a desmentiu? Por sinal o próprio autor, nas páginas que seguem, duvida tanto da possibilidade de conciliar democracia e estatismo que só lhe resta, para salvar a oportunidade de um “socialismo com rosto humano”, o recurso à “autogestão”.

São estas as observações críticas que me são sugeridas por este livro, desconcertante não há dúvida, mas, acima de tudo, apaixonante. Sempre é agradável ver um autor de talento localizar dificuldades, e depois tentar superá-las guardando o respeito por certas regras do jogo (pensar, afinal, não será isso mesmo?). Lendo Bresser-Pereira, são — uma vez mais — estas “regras do jogo” que me pareceram contestáveis. Mas só elas, juro.